



NO FIO DA NAVALHA: A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL POR EDNA ROLAND

Edna Roland¹

Consultora, Relatora da III Conferência Mundial contra o Racismo

Hevelyn Rosa²

Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento Saúde e Sociedade, São Paulo, SP, Brasil.

Resumo: Esta entrevista com Edna Roland analisa a formação política do movimento de mulheres negras no Brasil pós-redemocratização, destacando o debate sobre a esterilização em massa como fundador de uma agenda autônoma. A ativista articula memória e ação política ao recuperar marcos históricos como a criação do primeiro serviço de aborto legal, em 1989, e o Seminário Nacional Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, em 1993. Edna Roland também reflete sobre avanços e riscos de retrocesso nas políticas de saúde, criticando a instrumentalização dos direitos das mulheres no jogo político partidário. A entrevista integra o projeto “Memórias de mulheres negras em movimento pelo direito à saúde: lutas antirracistas em foco” que sistematiza as trajetórias de mulheres negras nas lutas por direitos à saúde no Brasil.

Palavras-Chave: movimentos sociais; saúde da população negra; saúde da mulher; políticas públicas; racismo.

ON THE RAZOR'S EDGE: THE MAKING OF THE BLACK WOMEN'S MOVEMENT IN BRAZIL BY EDNA ROLAND

¹ Psicóloga, gestora pública, ativista antirracista e feminista. Co-fundadora das organizações Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, Geledés e Fala Preta!. hevelynconceicao@gmail.com ORCID 0000-0002-7774-6594.

² Psicóloga, sanitária, doutora em Saúde Pública. Pós-doutoranda na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. hevelynconceicao@gmail.com ORCID 0000-0002-2778-1690.



Abstract: This interview with Edna Roland examines the political formation of the Black women's movement in post-re-democratization Brazil, highlighting the debate on mass sterilization as foundational for an autonomous agenda. The activist weaves memory and political action by revisiting historical milestones such as the creation of the first legal abortion service in 1989 and the 1993 National Seminar on Policies and Reproductive Rights of Black Women. Edna Roland also reflects on progress and the risks of setbacks in health policies, criticizing the instrumentalization of women's rights within partisan political dynamics. The interview is part of the project "Memories of Black Women in Motion for the Right to Health: Antiracist Struggles in Focus," which systematizes the trajectories of Black women in the struggles for health rights in Brazil.

Keywords: social movements; Black population health; women's health; public policies; racism.

EN EL FILO DE LA NAVAJA: LA CONSTRUCCIÓN DEL MOVIMIENTO DE MUJERES NEGRAS EN BRASIL POR EDNA ROLAND

Resumen: Esta entrevista con Edna Roland examina la formación del movimiento de mujeres negras en Brasil, destacando el debate sobre la esterilización masiva como punto de partida de una agenda autónoma. La activista articula memoria y acción política al recuperar hitos como la creación del primer servicio de aborto legal en 1989 y el Seminario Nacional "Políticas y Derechos Reproductivos de las Mujeres Negras", en 1993. También reflexiona sobre avances y riesgos de retrocesos en las políticas de salud, criticando la instrumentalización de los derechos de las mujeres en disputas partidarias. La entrevista integra el proyecto "Memorias de mujeres negras en movimiento por el derecho a la salud", dedicado a sistematizar las trayectorias de activistas negras por derechos en Brasil.

Palabras-clave: movimientos sociales; salud de la población negra; salud de la mujer; políticas públicas; racismo.

SUR LE FIL DU RASOIR: LA CONSTRUCTION DU MOUVEMENT DES FEMMES NOIRES AU BRÉSIL PAR EDNA ROLAND

Résumé: Cet entretien avec Edna Roland examine la formation du mouvement des femmes noires dans le Brésil, en soulignant le débat sur la stérilisation de masse comme point de départ d'un agenda autonome. L'activiste articulé



mémoire et action politique en rappelant des jalons tels que la création du premier service d'avortement légal en 1989 et le Séminaire national Politiques et Droits Reproductifs des Femmes Noires en 1993. Elle réfléchit aux avancées et aux risques de recul dans les politiques de santé, tout en critiquant l'instrumentalisation des droits des femmes dans les dynamiques partisans. L'entretien s'inscrit dans le projet "Mémoires de femmes noires en mouvement pour le droit à la santé", qui systématise les trajectoires d'activistes noires au Brésil.

Mots-clés: mouvements sociaux; santé de la population noire; santé des femmes; politiques publiques; racisme.

APRESENTAÇÃO

Edna Roland, maranhense de Codó, psicóloga, ativista e referência fundamental para os movimentos sociais brasileiros, oferece nesta entrevista uma análise seminal sobre a formação do movimento contemporâneo de mulheres negras. Sua narrativa percorre as tensões e mediações necessárias para que as mulheres negras construíssem uma agenda própria. Além desse marco, são abordados processos históricos cruciais, como a criação do primeiro serviço de aborto legal do Brasil e a realização do emblemático Seminário Nacional Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, conhecido também como Encontro de Itapecerica da Serra das Mulheres Negras. Ao articular memória, pensamento e ação política, o depoimento adensa sua relevância estabelecendo um diálogo crítico com o cenário contemporâneo, oferecendo ferramentas potentes para compreender os desafios atuais na disputa por direitos das mulheres.

Militante desde a juventude - inclusive em organizações de esquerda durante a ditadura militar - Edna consolidou sua atuação política ao integrar e fortalecer iniciativas que articulavam raça, gênero e direitos humanos. Participou da fundação de três organizações: Coletivo de Mulheres Negras de



São Paulo, em 1994, Geledés – Instituto da Mulher Negra, em 1988, e Fala Preta!, em 1997, ampliando sua influência no debate público sobre desigualdades raciais no campo da saúde. Sua trajetória alcançou também projeção internacional. Edna foi relatora da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, de 2001 em Durban, e também assumiu a coordenação do Grupo dos Especialistas Eminentes Independentes da Organização das Nações Unidas (ONU), atuando na promoção de políticas e marcos internacionais de equidade.

Além de gestora e ativista, Edna é autora de textos fundamentais sobre raça, gênero e direitos, influenciando o ativismo social e a produção de conhecimento científico em diversas áreas. No campo dos direitos reprodutivos, destacam-se seus textos: “Direitos reprodutivos e racismo no Brasil” (Roland, 1995), “Saúde reprodutiva da população negra no Brasil: entre Malthus e Gobineau” (Roland, 1998), e “Eu fiz aborto: aborto e clandestinidade” (Roland, 2006).

Com o propósito de destacar o caráter coletivo e relacional das mobilizações lideradas por mulheres negras, optamos pela inserção de notas biográficas sobre as pessoas citadas ao longo do texto. Essa estratégia visa contribuir para a sistematização da memória de mulheres negras, garantindo o reconhecimento das agentes políticas envolvidas e resistindo aos processos de apagamento de suas trajetórias e realizações.

A entrevista integra o projeto de pesquisa “Memórias de mulheres negras em movimento pelo direito à saúde: lutas antirracistas em foco”, sediado na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo nº 2023/13347-0). A investigação analisa percursos e estratégias de

atuação de mulheres negras no âmbito da saúde, com ênfase em suas formas de incidência sobre o Estado. A entrevista com Edna Roland foi realizada de forma presencial em 2024 e 2025, e sua edição resultou de um trabalho colaborativo de ambas as autoras.



Fonte: Arquivo pessoal.

Hevelyn Rosa: Edna, você participou intensamente das discussões sobre direitos reprodutivos a partir dos anos 1980, quando os coletivos de mulheres negras estavam se organizando. O que esse debate significou para a formação política e coletiva das mulheres negras?

Edna Roland: O debate sobre a esterilização das mulheres negras foi muito forte e muito profundo. Fomos nós que levantamos essa pauta que acabou tendo um papel muito importante na formação do movimento de mulheres



negras, pois serviu para nos constituir enquanto um movimento com a sua especificidade. Dentro do movimento feminista tinha uma corrente de opinião cujo lema era “nosso corpo nos pertence”, ou seja, nós fazemos o que nós bem queremos. A discussão era puramente na perspectiva da liberdade individual, como se fosse apenas um problema individual. Por outro lado, o movimento negro tradicional rejeitava a esterilização, porque a reduzia a uma política puramente de controle populacional. A esterilização cirúrgica era vista como um instrumento de redução da população negra, e ao movimento negro interessava sermos muitos. Para mim, era preciso pegar o problema e discutir em que condições é necessário e admissível fazer a esterilização, ou em que condições não é. Porém, no Brasil, a esterilização cirúrgica praticamente passou a ser um “melhoral”, distribuída em qualquer circunstância, como algo inevitável. Então nós, enquanto mulheres negras, tínhamos que ficar no fio da navalha para encontrar um ponto de equilíbrio entre a liberdade individual e as consequências do ponto de vista demográfico. Nós tínhamos que ficar nos equilibrando. Em 1991, nós do Programa de Saúde de Geledés realizamos diversas atividades a esse respeito. Houve um debate na Câmara Municipal de São Paulo, no qual participei junto com Elza Berquó³ e Isabel Baltar da Rocha⁴ (imagem 1). E também publicamos uma edição dos Cadernos Geledés totalmente dedicada ao tema, levantando essa bandeira (Geledés, 1991). O título é: “Esterilização: impunidade ou regulamentação?”. Esse é o debate que

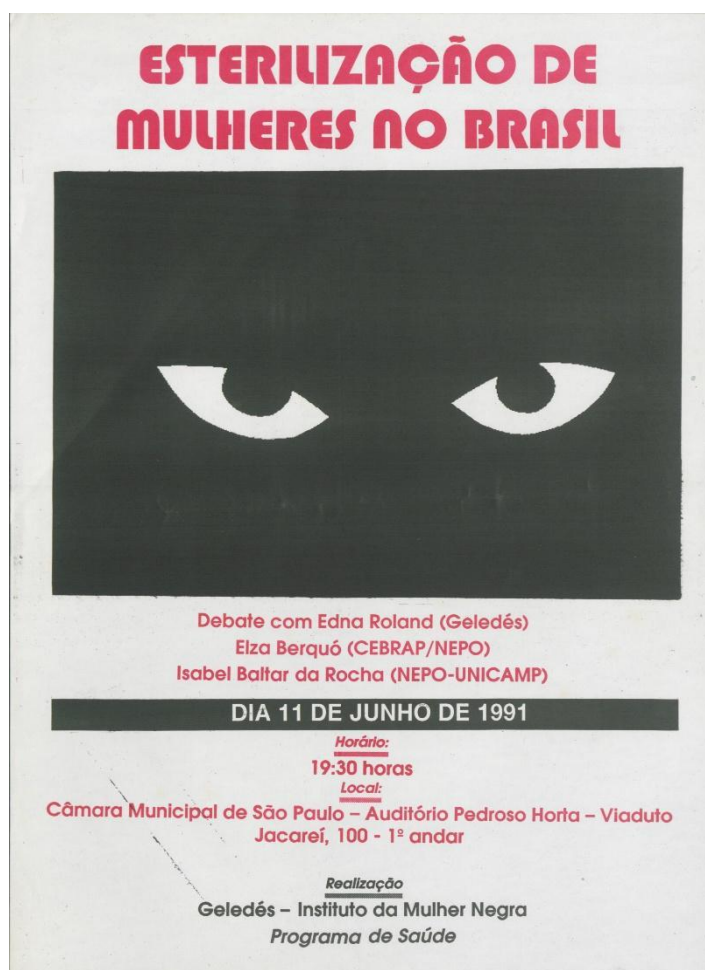
³ Graduada em matemática, especialista em estatística e demografia, e titular da Academia Brasileira de Ciências. Contribuiu para a fundação de diversos centros de pesquisa, entre eles o CEBRAP e o Núcleo de Estudos de População (NEPO), e é considerada uma das pioneiras da demografia no Brasil.

⁴ Graduada em Ciências Sociais, mestra em Ciência Política e doutora em Ciências Sociais, foi pesquisadora, professora e ativista, vinculada ao Nepo da Universidade Estadual de Campinas. Integrou a Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e a Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe.



praticamente inaugura a construção do movimento de mulheres negras no Brasil no período da redemocratização.

Imagem 1 – Debate sobre Esterilização de mulheres no Brasil



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp.

Foi um processo muito delicado porque, em relação ao movimento negro, a gente corria o risco de ser acusada de contribuir para o controle e a redução da população negra ao defender a possibilidade e a liberdade em relação à esterilização. A perspectiva tradicional do movimento negro sobre o assunto



era: Não querem que a gente cresça porque querem nos enfraquecer enquanto povo. E a perspectiva das feministas mais radicais focava na liberdade de fazer o que quisesse com o próprio corpo. Então, nós tínhamos que encontrar o caminho para garantir a liberdade individual, os direitos do indivíduo e barrar a perspectiva de controle demográfico. Essa era a questão. Ao mesmo tempo em que aquilo que a gente faz com o nosso corpo tem repercussões do ponto de vista coletivo, o coletivo tem que respeitar o individual. Esse era o jogo que nós, mulheres negras, precisávamos fazer e, por conta disso, nós apanhamos dos dois lados. O debate sobre a esterilização seguiu adiante e, em 1992, foi instalada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) no Congresso Nacional para investigar a prática da esterilização em massa de mulheres no Brasil. A CPMI foi solicitada por Benedita da Silva⁵, na época deputada federal, e Eduardo Suplicy⁶, senador. Participamos eu, Jurema Werneck⁷ e Luiza Bairos⁸. Nós, três mulheres negras, comparecemos nesse debate do Congresso Nacional e demos nossos depoimentos que foram publicados no relatório final da CPMI (Brasil, 1993). Com isso, acho que a partir do debate sobre a esterilização cirúrgica em mulheres se constituiu um processo muito importante para a própria formação do movimento de mulheres negras.

⁵ Formou-se auxiliar de enfermagem e assistente social e é militante histórica do movimento negro e de mulheres. Atua na política institucional desde os anos 1980, tendo participado da Constituinte e sido a primeira governadora negra do Brasil, pelo estado do Rio de Janeiro. É uma referência na luta por direitos humanos, políticas públicas e antirracismo.

⁶ Formado em administração e economia. Sua trajetória é marcada pela atuação como professor universitário e como político desde a década de 1970.

⁷ É formada em medicina, com atuação relevante em movimentos sociais engajados com mulheres negras e direitos humanos. É cofundadora do Criola, integra a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras e tem vasta produção bibliográfica. Desde 2017, é diretora da Anistia Internacional - Brasil.

⁸ Socióloga, gestora, ativista. Graduada em Administração Pública e mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. É uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978. Foi ministra na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil, entre 2011 e 2014. Faleceu em 2016.



Foi um debate fundamental para nos obrigar a refletir, a construir conceitos que dessem a nossa forma enquanto um movimento próprio, com as suas especificidades, que não se deixa absorver nem pelo segmento do movimento feminista - do qual, eventualmente, não concordamos - e nem pelo movimento negro – do qual temos divergências. Nós temos nossa identidade própria. Esse era o desafio.

Hevelyn Rosa: O Encontro de Itapecerica da Serra das Mulheres Negras, realizado em 1994, também cumpriu um papel de fortalecimento da mobilização de mulheres negras? Como foi esse evento para você?

Edna Roland: Sim. Para mim, esse encontro foi a glória! A organização do Seminário de Itapecerica da Serra é uma das coisas mais lindas que eu já fiz na minha vida! Porque foi o primeiro evento de mulheres negras do Brasil que se aproximou da perfeição. Eu digo dessa forma, pois o evento contou com uma boa equipe que era do programa de saúde do Geledés. Eu coordenei e conseguimos recursos para custear o evento. Nós tínhamos uma estagiária bolsista do Canadá, Anne Phillips, que ficou um tempo trabalhando com a gente em Geledés e que também participou do evento. A agência financiadora pagou todos os gastos dela e o acordo incluía que o seu laptop seria, depois, doado para nós. Um laptop em 1994 era o *must* do verão, do inverno, da primavera, tudo junto! Nunca ninguém tinha visto um daqueles e nós pudemos usar no evento. Pelo que me lembro, foram por volta de 45 a 50 mulheres que participaram por meio de convite. Nós convidamos representantes de todas as organizações de mulheres que existiam, de todas as organizações do movimento negro e todas as profissionais de saúde negras que a gente conhecia. Fomos de A a Z, em todos os estados do Brasil, procurando



contemplar uma distribuição geográfica de norte a sul. Nosso objetivo era garantir a vinda de todas as pessoas que a gente tinha conhecimento, sem excluir ninguém, seja por motivos políticos ou ideológicos. Foi o primeiro encontro de mulheres negras que foi feito em um hotel. Itapecerica da Serra é um município muito bonito e o hotel era muito bom também. Nós fomos buscar todas as mulheres no aeroporto, foram disponibilizadas habitações decentes para as pessoas dormirem, comida gostosa e nutritiva... E nossa equipe atuando, garantindo que todas estivessem confortáveis, que fossem atendidas, que não houvesse nenhum processo de exclusão, discriminação, o que quer que fosse. Quando as meninas chegavam no hotel, elas já estavam no paraíso. Elas já estavam se sentindo como princesas, dado o cuidado e a atenção que a gente teve com cada uma. Durante as atividades do seminário tentamos garantir um processo de discussão democrático, organizando mesas e salas para que todas pudessem participar. Ao longo do dia, fizemos anotações com base nas discussões que aconteciam e, durante a madrugada, preparamos um documento com o resumo das deliberações. Usamos o laptop para isso e imprimimos o documento para que, no dia seguinte, ele estivesse na cadeira de cada uma para que todas pudessem ler, debater e aprovar, democraticamente, como uma declaração publicada pelo encontro. Nossa, nesse momento, as pessoas choravam! E eu já estou chorando também... Foi lindo! Pense! Isso é início da década de 1990. Foi o primeiro evento do movimento de mulheres negras, eu acredito, que teve essa qualidade. As pessoas se abraçavam, choravam... Elas se sentiam em estado de graça. Foi maravilhoso e eu considero que trouxe uma mudança de patamar, pois até então, frequentemente, os encontros tinham muito pouco recurso e muito conflito. As pessoas tinham más condições de realização com gente dormindo no chão, falta de material... E, às vezes, falta também de tato e de capacidade de



conjugar as visões. E nós, com esse cuidado, conseguimos juntar todas as pessoas e debater. O hotel era simples, sem luxo, mas digno. Naquela época, aquilo era como o Copacabana Palace. Era o Itapecerica Palace. Ali ficou registrado que esse é o patamar que nós precisamos e merecemos. Do encontro saiu a Declaração de Itapecerica da Serra (Geledés, 1993), que está disponível na internet. Nós fizemos um caderninho, com uma lua preta na capa - algo simples, mas que gerou um impacto. E tudo o que estava ali havia sido amplamente discutido, construído democraticamente, refletindo fielmente o debate realizado, sem excluir nada nem ninguém.

Hevelyn Rosa: Que relato potente, Edna!

Edna Roland: Foi lindo! Eu amo lembrar dessa experiência.

Hevelyn Rosa: Outro processo que você também participou foi o de criação do primeiro serviço de aborto legal do Brasil, em São Paulo, em 1989. Como foi essa experiência?

Edna Roland: Nessa época, eu já morava em São Paulo e estava trabalhando no município, justamente na Assessoria de Saúde da Mulher, coordenada pela Maria José de Oliveira Araújo⁹, que era minha chefe. O secretário municipal de saúde era Eduardo Jorge¹⁰ e a prefeita Luiza Erundina¹¹.

⁹ Médica, feminista, gestora pública e psicanalista. Participou da fundação de entidades como a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, a Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe, e o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde.

¹⁰ Médico sanitarista, militante, gestor, com atuação na política institucional desde os anos 1980.

¹¹ Assistente social, militante histórica e política, foi a primeira prefeita da cidade de São Paulo. Tem uma trajetória reconhecida na luta por direitos humanos.



O processo de decisão da criação do serviço teve participação interna da Secretaria e da articulação política mais ampla de mulheres. A proposta chegou até o Eduardo Jorge que aceitou a ideia. A partir daí, fomos visitar hospitais para avaliar qual deles teria as melhores condições de estrutura, incluindo uma equipe qualificada para ficar à frente do serviço de aborto legal. No fim, se resolveu que seria no Hospital Jabaquara. Lá, nós realizamos uma sensibilização dos profissionais de saúde sobre o tema, discutindo o atendimento à mulher, o papel da equipe do serviço, os casos permitidos pela lei, etc. Então, tem uma história interessante sobre esse caso que envolve o Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo à época. Em algum momento, o Dom Paulo ficou sabendo que a abertura do primeiro serviço de aborto legal no Brasil seria em São Paulo. Ele procurou o Eduardo Jorge e falou: “Ô Eduardo, vocês tinham que começar logo por aí?”. E fez uma carinha triste e ficou quieto. Ele não fez mais nada. Dom Paulo fingiu que não viu e não se moveu.

A criação do serviço também ajudou a dar projeção para o tema do aborto. Em 1997, foi feita uma matéria que deu capa à revista *Veja*, uma das revistas mais importantes e com muita circulação à época. Essa matéria foi necessária para poder fazer um *boom* do tema e garantir a continuidade do serviço no Hospital Jabaquara. Entre as pessoas escolhidas para serem entrevistadas para a matéria, estava uma senhora dona de casa, da zona Sul de São Paulo, que tinha sido uma das primeiras mulheres que foram atendidas no serviço de aborto legal do Jabaquara. Era uma pessoa completamente normal, uma senhorinha. Eu acompanhei a entrevista dela, assistindo um pouco de longe. A jornalista ia fazendo as perguntas para ela, perguntando como tinha sido, o que tinha acontecido, como foi o atendimento no serviço... E aquela senhorinha normal, uma dona de casa, falou sobre o alívio que sentiu ao fazer o aborto, pois ela tinha sido estuprada e engravidou. Era uma mulher casada, dona de casa,



falando do alívio, agradecendo a Deus porque ela tinha sido bem atendida e tudo mais. Foi matéria de capa e contradizia todos os estereótipos que as pessoas poderiam ter a respeito de uma mulher que vai fazer um aborto. Quando saiu, a matéria fez um *boom* na cidade e foi muito legal por vir nesse processo de, uma vez aberto o serviço, nós cuidarmos da comunicação para poder garantir o apoio da opinião pública para a existência e a continuidade do acesso ao aborto legal no Jabaquara.

Hevelyn Rosa: Ao longo da sua trajetória, enquanto se envolvia nesses processos que você está compartilhando, você também se dedicou a escrever e publicar textos. Você publicou artigos, capítulos de livros, participou de coletâneas... Por que é importante, a seu ver, publicar? E como você vê a circulação desses textos que você escreveu?

Edna Roland: No meu caso, acho que eu sou muito relapsa, porque eu gosto de uma coisa e faço, e depois, às vezes, eu já me interesso por outra coisa e não persisto naquela primeira. Me falta organização. Eu não tenho um livro publicado, eu tenho um artigo aqui, outro ali... Uma ideia que eu coloquei aqui e outras pessoas levaram adiante e fizeram um monte de coisa. Eu precisava, pelo menos, juntar as coisas que já escrevi. Não é por falta de ideias, é por falta de disciplina. Eu valorizo muito a produção intelectual. Eu tenho prazer de ler os textos e a produção das pessoas. Ao longo desses anos, eu tive alguns *insights* interessantes, convivi com muitas pessoas e acho que contribuí para a formação de algumas companheiras.

Hevelyn Rosa: E você tem muito material importante publicado. Textos muito potentes, de uma grande contribuição para o campo.



Edna Roland: Se é ou não de grande contribuição, eu acho que, eventualmente, vocês leitores é que farão a avaliação, não é? Acredito que eu fiz algumas contribuições, talvez, pela ousadia de não temer estereótipos. Em algumas situações, eu contribuí ao me afastar do que estava estabelecido, ao pensar fora da caixa. Por exemplo, a Aids. Eu acho que tive esse tipo de abertura e de curiosidade em relação a coisas que as pessoas temiam, rechaçavam...

Havia uma barreira para as mulheres feministas que era devido à principal proteção contra a Aids ser a camisinha, que era usada pelos homens. As mulheres falavam: “Agora vamos depender dos homens?”. Eu fui uma das primeiras feministas a assumir que a Aids deveria ser prioridade para as mulheres. Nós tínhamos que discutir e enfrentar essa questão. Eu pensava: Vamos fazer o que? Nós temos que enfrentar. Não olhar para a Aids não vai fazê-la sumir. Naquela ocasião só existia a camisinha masculina.. Nós fizemos um vídeo lá no comecinho do debate sobre Aids. O título era: “Todos os dias são seus” (1992). Ganhamos um recurso e produzimos o vídeo em parceria com o Comulher, um grupo de mulheres da área da comunicação que já tinha experiências com o audiovisual. As meninas trabalharam com os equipamentos e nós entramos com o conteúdo. Fomos o primeiro grupo de mulheres que fez um vídeo sobre mulheres e Aids no Brasil.

Hevelyn Rosa: Qual o significado do título?

Edna Roland: É inspirado em um poema de Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa. O título do poema é “Se, depois de eu morrer, quiserem escrever a minha biografia”. O poema fala que temos somente duas datas: o dia que você nasce e o dia que você morre. Entre essas duas datas, todos os



dias são seus. E esse foi o nome que a gente deu ao vídeo. O vídeo ganhou um prêmio no concurso da Associação Brasileira de Vídeo Popular em 1992.

Hevelyn Rosa: Para fechar, como você avalia a trajetória das políticas públicas de saúde da mulher no Brasil, dos anos 1980 até hoje?

Edna Roland: Eu acho que nós tivemos um avanço muito grande, mas, nesse momento, eu estou chocada com a possibilidade do recuo. Se há dois anos me dissessem que isso aconteceria, eu diria que é impossível. É realmente chocante o fato de que as forças políticas traficam os direitos das mulheres como uma bandeira falsa, na tentativa de obter união de forças, colocando em risco uma coisa tão grave quanto o aborto, por exemplo. Uma questão que desde a década de 1940, em certos casos, é permitida no Brasil. Não tem cabimento. E o pior é que só temos o Supremo com poder de impedir. Estamos nas mãos do Supremo. Olha só! Essa facção que está dentro do Congresso Nacional não tem nenhum limite ético nem moral. O objetivo é simplesmente agitar bandeiras que permitam um confronto de forças. Certamente eles levam as mulheres deles, as filhas deles, para fazer aborto nas clínicas fora do país, onde quer que seja. Entendo que a trajetória das políticas de saúde da mulher é um paradoxo. Por um lado, temos muitos avanços inegáveis. Se a gente compara os caminhos que nós trafegamos, vejo que estávamos caminhando em prol de uma direção de ampliação das possibilidades da legalização. Agora vem esses lobisomens - não sei como é que a gente vai classificar esses deputados - e ameaçam com a possibilidade de recuo da legislação referente ao aborto para antes de 1940! Então, eu não sei, eu tendo a achar que seja uma agitação e propaganda, mas ao mesmo tempo a gente não pode dormir. O custo pode ser muito alto. A gente tem que agir como se fosse para valer,



entendeu? Com muita intensidade e com muita unidade para impedir isso. E infelizmente esse é o momento em que nós estamos vivendo, um momento no qual todas as loucuras são possíveis dentro desse Congresso. Quando a gente pensa que os fantasmas foram embora, não foram. Estamos novamente em um momento de grave ameaça no qual os direitos das mulheres são usados como uma bandeira para unificar forças retrógradas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à equipe do Arquivo Edgard Leuenroth - Unicamp pela gentileza e disponibilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*. Brasília, 1993.

GELEDÉS. Programa de Saúde. Esterilização: Impunidade ou regulamentação? Vol. 2. *Geledés*, 1991.

GELEDÉS. Programa de Saúde. *Declaração de Itapeacerica da Serra das mulheres negras*. São Paulo: Geledés, 1993.

ROLAND, Edna. Direitos reprodutivos e racismo no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n. 3, 1995, p. 506-514.

ROLAND, Edna. Saúde reprodutiva da população negra no Brasil: entre Malthus e Gobineau. In: ARILHA, Margareth e CITELI, Maria Teresa. *Políticas, Mercados, Ética – Demandas e Desafios no Campo da Saúde Reprodutiva*. São Paulo: Editora 34, 1998.

ROLAND, Edna. Eu fiz aborto: aborto e clandestinidade. In: WERNECK, Jurema, MENDONÇA, Maisa e WHITE, Evelyn. *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.



TODOS os dias são seus. Direção: Márcia Meirelles e Maria Angélica Lemos.
São Paulo: Comulher, 1992. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=5sunDdxUeqc>. Acesso em: 10 de dezembro
de 2025.

Recebido em: 30/01/2026

Aprovado em: 13/05/2026